

Inquérito Civil n. 06.2017.00003190-4

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Colendo Conselho Superior do Ministério Público:

Trata-se de Inquérito Civil instaurado para verificar a ocorrência de capina química na cidade de Barra Velha.

O presente Inquérito Civil foi instaurado a partir de representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Barra Velha – SINTRAMBAV, noticiando que o Município faz uso da substância ROUNDUP, muito embora este Órgão já tenha expedido Recomendação para fins de cessação do uso da capina química, nos autos do PP n. 06.2015.00000563-1, cujo arquivamento foi homologado pelo CSMP, no mês de setembro/2015:

RECOMENDAR

Ao **SENHOR PREFEITO MUNICIPAL**, a adoção das seguintes medidas e providências:

1. Abster-se, imediatamente, do uso de quaisquer herbicidas para a capina e limpeza de ruas, calçadas, terrenos baldios, praças, parques, margens de arroios e valas e terrenos baldios;
2. Encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, proibindo a utilização de herbicidas na capina química urbana.

Por fim, ressalta-se que, uma vez aceita a recomendação, solicita-se que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a partir do recebimento desta, seja informado a esta Promotoria de Justiça sobre o atendimento ou não da

presente Recomendação, comprovando-se o seu regular cumprimento.

Com a problemática então resolvida, o referido procedimento preparatório foi arquivado, eis que sobreveio a nova denúncia que deu azo à instauração deste Inquérito Civil para fins de apuração da continuidade do uso da capina química na cidade de Barra Velha.

Por meio do despacho administrativo de p. 20, considerando a promulgação da lei municipal n. 1469/2015 que proibiu expressamente o uso de capina química no Município e a sua regulamentação por meio da lei n. 1233, de 16.04.2018 - p. 26, foi determinada a expedição de ofício ao Município de Barra Velha para fins de esclarecimentos acerca do uso do defensivo agrícola na área urbana da cidade.

Em resposta, foi informado a este Órgão que desde que a nova gestão assumiu a administração pública em janeiro de 2017, não se fez mais uso de capina química na cidade de Barra Velha (pgs. 23 e 25). Ainda, em reunião realizada perante esta Promotoria de Justiça com o Secretário Municipal de Obras, Sr. Valdemar Paiva Neto, no dia 19.04.2018, o mesmo ratificou as informações de que não há uso de capina química pelo Município de Barra Velha:

Inicialmente indagado se é ainda utilizada a capina química no município, informou que é vedado legalmente o uso do referido produto no município, não sendo possível sequer a realização da sua compra. Informou, ainda, que a utilização do produto mencionado na ação indicada na representação, que deu origem a este procedimento não foi autorizada pela Administração Municipal, inclusive, vem sendo discutida na referida ação, pois consta até mesmo áudios que comprovam que tal uso foi fruto de uma 'armação. – p. 28

Salienta-se, ademais, que a ação judicial mencionada na representação apresentada pelo Sindicato é o processo n. 0300166-39.2016.8.24.0006, proposta pelo próprio SINTRAMBAV contra o Município de Barra Velha na defesa de servidores públicos que teriam sido, em tese, submetidos ao trabalho da capina química, cabendo a eles, portanto, o direito ao adicional de insalubridade. A questão da capina química foi, então, incidentalmente, extraída daqueles autos e trazida ao conhecimento do Ministério Público por meio da representação inicial para a tomada das providências

cabíveis.

Todavia, em consulta ao processo no SAJ, ainda não há decisão meritória. De toda sorte, caso seja reconhecido o adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais que trabalharam com a capina química no Município à época da propositura da ação judicial em comento, tem-se que os fatos lá narrados remontam ao ano de 2015 – ação ajuizada em janeiro/2016, ou seja, praticamente no período em que houve a expedição da Recomendação por parte deste Órgão, no PP n. 06.2015.00000563-1.

Prudente mencionar, também, o peticionado às pgs. 17/19, por parte do SINTRAMBAV parte do laudo pericial da demanda judicial intentada contra o Município de Barra Velha, donde se extrai a negativa dos roçadores e jardineiros municipais acerca do uso da capina química: Resposta ao item 9: *'Um dos roçadores relatou já ter usado Roundup no passado e já fazia um ano que não o utilizava mais. Os jardineiros também relataram ter parado de usarem Roundup há mais de um ano'.*

De fato, conforme as informações atualizadas por parte da municipalidade e, também, pelo próprio Secretário Municipal de Obras, desde a nova gestão da Administração Pública – ano 2017, foi cessado o uso da capina química no Município de Barra Velha. Corrobora a veracidade do alegado e a presunção das alegações fornecidas pela administração pública¹ o fato de que não sobreveio nenhuma nova denúncia acerca do uso da capina química, tendo-se como elemento, tão somente a mencionada ação judicial, contemporânea ao arquivamento do procedimento preparatório retro.

Diante destas ponderações, aos olhos desta Promotoria de Justiça, inexistente razão para o seguimento do Inquérito Civil.

Consoante dispõe o artigo 9º da Lei n. 7.347/85, *"se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente."*

¹ "Não existindo na exordial prova inequívoca capaz de conduzir à verossimilhança da alegada ilegalidade do processo administrativo disciplinar, deve prevalecer a presunção de legalidade dos atos administrativos." (TJSC, Agravo de Instrumento n. 0116979-80.2015.8.24.0000, de Blumenau, rel. Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, j. 09-12-2016). - grifei

No mesmo sentido, reza o artigo 25 do Ato n. 335/2014/PGJ, que *"o órgão de execução do Ministério Público promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório quando: I - se convencer da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública; ou II - celebrado termo de ajustamento de conduta, este implicar na ausência circunstancial do interesse de agir."*

Desta feita, por todo o exposto, com fundamento no artigo 9º da Lei n. 7.347/85; artigo 87 da Lei Orgânica do Ministério Público n. 197/2000; e artigo 26 do Ato n. 335/2014/PGJ, **DETERMINA** este Órgão do Ministério Público o arquivamento do Inquérito Civil.

Antes, porém, remeta-se o extrato de conclusão ao Diário Oficial do Ministério Público para publicação e notifique-se os interessados.

Em caso de homologação, após ciência, dê-se baixa e arquivem-se.

Barra Velha, 16 de maio de 2018.

Tehane Tavares Fenner
Promotora de Justiça
[assinado digitalmente]